



## É POSSÍVEL DESERDAR UM FILHO LEGALMENTE?

A resposta à pergunta "é possível deserdar um filho?" é complexa e depende de diversos fatores. Em Portugal, a lei protege os herdeiros legitimários, que incluem os filhos, assegurando-lhes o direito a uma quota mínima da herança, designada por **legítima**. Contudo, existem exceções a esta regra, e em alguns casos específicos, é possível deserdar um filho, desde que sejam observados os critérios legais estabelecidos.

### I - Perspetiva legal

Do ponto de vista legal, a deserdação de um filho está prevista no **Código Civil Português**, no artigo **2166º**. Este artigo estabelece que os herdeiros legitimários podem ser deserdados por **justas causas**, que incluem as seguintes situações:

1 / 4

- **Ofensa grave contra o ascendente:** Pode ser física, moral ou patrimonial, sendo necessário que a ofensa tenha um impacto significativo.
- **Injúria grave:** Configura-se como uma ofensa à honra ou ao bom nome do ascendente, afetando a sua dignidade.
- **Denúncia caluniosa:** Trata-se de uma falsa acusação de crime contra o ascendente, com o intuito de prejudicá-lo.
- **Falso testemunho:** Inclui declarações falsas prestadas em tribunal, que coloquem o ascendente em situação desfavorável.
- **Tentativa de homicídio ou ofensa grave à integridade física do ascendente:** Pode ter sido consumada ou apenas tentada, mas demonstra uma violação extrema da relação familiar.
- **Abandono do ascendente em situação de necessidade:** Este abandono pode ser físico, moral ou financeiro, especialmente em momentos de vulnerabilidade.





## II - Requisitos para a deserdação

A deserdação só será válida se forem cumpridos os seguintes requisitos:

1. **Fundamentação jurídica:** A causa da deserdação deve estar expressamente prevista no artigo **2166º** do Código Civil.
2. **Prova consistente:** A causa invocada deve ser real, concreta e devidamente comprovada.
3. **Testamento válido:** A deserdação deve ser formalizada num testamento válido, no qual se indique claramente a causa que a justifica.
4. **Respeito pelas formalidades legais:** O processo de elaboração do testamento deve seguir as normas impostas pela legislação portuguesa.

2 / 4

## III - Impugnação da deserdação

Mesmo quando formalizada, a deserdação pode ser impugnada pelo filho deserdado. Para isso, é necessário interpor uma ação judicial no prazo de dois anos a contar da abertura do testamento. Os motivos para a impugnação incluem:

- **Causa infundada:** Se a causa invocada no testamento não for real ou não estiver devidamente comprovada.
- **Defeitos formais no testamento:** Falhas nas formalidades legais exigidas para a elaboração do testamento podem invalidar a deserdação.
- **Motivações abusivas:** Caso seja demonstrado que a deserdação foi motivada por razões arbitrárias ou caprichosas.

## IV - Consequências da deserdação

A deserdação tem um impacto significativo nas relações familiares e no direito sucessório. Uma vez validada, o filho deserdado perde o direito à quota legítima da



herança, o que pode alterar substancialmente a distribuição dos bens do ascendente. Por outro lado, a tentativa de invalidar uma deserdação pode gerar conflitos prolongados e desgastantes entre os familiares envolvidos.

#### **IV - Reflexão final**

Embora a deserdação seja legalmente possível em Portugal, é importante sublinhar que se trata de uma medida **excecional** e de última instância. A decisão de deserdar um filho deve ser tomada com **muito cuidado** e sempre com o apoio de um advogado especializado em Direito das Sucessões. Este profissional poderá orientar o ascendente na análise da situação, garantindo que todos os requisitos legais sejam cumpridos e que a decisão respeite os princípios de justiça e proporcionalidade. A deserdação, quando utilizada de forma correta, pode ser um instrumento legítimo de proteção e reparação, mas é essencial evitar abusos ou decisões tomadas em momentos de conflito emocional.

3/4

Em última análise, a deserdação não apenas reflete questões legais, mas também éticas e emocionais. A consulta a um advogado é crucial para assegurar que esta medida seja aplicada de maneira justa e adequada às circunstâncias específicas de cada caso.

#### **Sobre o autor:**

Cristiano Pinheiro é Advogado e Consultor Jurídico, especializado em **Direito da Família, Arrendamento, Indemnizações e Imigração**.

Pratica uma advocacia de proximidade, orientada pela **verdade** e pela **transparência**, com foco na **proteção dos seus clientes** através de **soluções jurídicas sólidas e duradouras**.

Saiba mais em [www.cristianopinheiro.pt](http://www.cristianopinheiro.pt)



CRISTIANO PINHEIRO

ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA